



Instituto Ouro Verde
Parecer sobre as demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

INSTITUTO OURO VERDE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Índice	Pág.
Relatório dos auditores independentes	03
Balancos patrimoniais	06
Demonstrações do resultado	07
Demonstrações do resultado abrangente	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
Instituto Ouro Verde
ALTA FLORESTA - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Ouro Verde (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Ouro Verde em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Reponsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional

da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2019.



CRC 2SP024410/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Manoel Messias de Oliveira Bastos'.

Manoel Messias de Oliveira Bastos
Contador CRC 1SP123790/O-3

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Deul J. Pereira'.

Deul J. Pereira
Contador CRC 1SP102800/O-0

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais – R\$)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.458.282	4.501.344
Adiantamentos		68.454	17.324
		2.526.736	4.518.668
Não circulante			
Imobilizado	6	463.971	536.426
Intangível	6	1.166	1.166
		465.137	537.592
Total do ativo		2.991.873	5.056.260
Passivo			
Circulante			
Recursos vinculados a projetos	7	2.243.169	4.272.696
Obrigações fiscais e sociais		275.071	234.346
Outras obrigações		2.403	-
		2.520.643	4.507.042
Não circulante			
Receita diferida	3f	283.586	348.411
		283.586	348.411
Total do passivo		2.804.229	4.855.453
Patrimônio líquido	9		
Superávit acumulado		200.807	204.228
Déficit do exercício		(13.163)	(3.421)
		187.644	200.807
Total do passivo e patrimônio líquido		2.991.873	5.056.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS			
Receitas de projetos		2.907.526	3.037.174
Outras receitas		72.102	64.648
Receitas financeiras		84.020	244.812
		3.063.648	3.346.634
DESPESAS			
Salários, encargos sociais e benefícios	10	1.471.369	1.388.153
Insumos para plantio - Projetos ambientais		608.415	946.712
Serviços prestados por terceiros	11	285.527	419.500
Administrativas e gerais	12	335.367	316.210
Viagem, locomoção e hospedagem	13	298.316	207.673
Depreciação e amortização		77.817	71.807
		3.076.811	3.350.055
Déficit do exercício		(13.163)	(3.421)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Déficit do exercício	<u>(13.163)</u>	<u>(3.421)</u>
	<u>(13.163)</u>	<u>(3.421)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais - R\$)

	Superávit acumulado	(Déficit) superávit do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	271.639	2.324	273.963
Ajuste de exercícios anteriores	(69.735)		(69.735)
Transferência para superávit acumulado	2.324	(2.324)	-
Déficit do exercício	-	(3.421)	(3.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	204.228	(3.421)	200.807
Transferência para superávit acumulado	(3.421)	3.421	-
Déficit do exercício	-	(13.163)	(13.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	200.807	(13.163)	187.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(13.163)	(3.421)
Ajustes para reconciliar o déficit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	77.817	71.806
Ajuste de exercício anterior	-	(69.735)
Valor residual de imobilizado baixado	-	-
	64.654	(1.350)
(Aumento) redução do ativo:		
Adiantamentos	(51.130)	8.408
	(51.130)	8.408
Aumento (redução) do passivo:		
Obrigações fiscais e sociais	40.725	22.856
Recursos vinculados a projetos	(2.029.527)	(1.107.271)
Outras obrigações	2.403	-
Receita diferida	(64.825)	170.962
	(2.051.224)	(913.453)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(2.037.700)	(906.395)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimos de ativo imobilizado	(5.362)	(235.138)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(5.362)	(235.138)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.043.062)	(1.141.533)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.501.344	5.642.877
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.458.282</u>	<u>4.501.344</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.043.062)	(1.141.533)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis **(Em reais – R\$)**

1. Aspectos institucionais

O Instituto Ouro Verde foi fundado em 27 de abril de 1999, sendo uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Alta Floresta - MT, e ação em todo território nacional, tendo como finalidade a promoção da cidadania através do apoio às organizações populares rurais ou urbanas, formais ou não, estimulando a participação ativa, crítica e construtiva do cidadão na sociedade. Para o cumprimento dos objetivos a Entidade atua nas áreas de agricultura, alimentação, saúde, educação e meio ambiente por meio da execução direta de projetos, programas ou plano de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou ainda, prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Toda a proposta de atuação do Instituto Ouro Verde está baseada na ideia que desenvolvimento deve ser encarado como sinônimo de construção de novas relações, novos padrões de comportamento, de consumo e de vida. Para isso, o IOV entende que o protagonismo deva ser das populações historicamente excluídas dos processos de decisão. Fortalecer estes grupos para que possam participar de fato do debate e da construção de uma nova sociedade é o papel fundamental para o IOV.

Os principais parceiros e projetos desenvolvidos pelo IOV refletem este forte posicionamento político. Este fato é importante na medida em que a Entidade compreende que a discussão sobre sustentabilidade assume nos dias de hoje uma homogeneização bastante preocupante, discussão esta que está separando o componente ambiental das demais dimensões da vida. O IOV entende que ao fazer isso se corre o risco de perpetuar-se o processo de desigualdade que tem sido marca do desenvolvimento.

Atualmente, o Instituto Ouro Verde se encontra no quinto ano do Projeto Sementes do Portal - Fase II, contando ainda com o apoio do Fundo Amazônia a partir de um Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assinado em 2013 no valor superior a R\$ 16 milhões de reais para execução em 60 meses. Vale destacar que este projeto é continuidade da Fase I, que obteve total aprovação física e financeira de execução pelo BNDES, tendo o valor de R\$ 5.433.450,00 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais) para execução em 36 meses. O projeto atual resgata a promoção da recuperação ambiental (recomposição de áreas de preservação permanente e reserva legal) e o resgate da agricultura familiar em oito municípios que fazem parte do Território Portal da Amazônia, através da difusão de sistemas agroflorestais, pontos abordados na ação anterior e inova com ações de apoio a comercialização de produtos dos sistemas agroflorestais, além da consolidação da Rede de Sementes do Portal da Amazônia, demonstrando a importância da geração e diversificação de renda para homens e mulheres agricultores familiares. A ação também é inovadora em sua vertente de pesquisa, através da Criação do Centro de Pesquisas em Agroflorestas, que aproxima a pesquisa de todo este contexto vivenciado pela agricultora camponesa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

As ações destes projetos intitulados “Sementes do Portal” em suas duas fases e que já possuem uma caminhada de 09 anos, materializam diversos princípios da Instituição, como a transparência, a participação e a articulação entre conhecimento científico e popular. Este projeto representa uma alternativa para a ocupação do solo e produção agroecológica, conciliada a recuperação ambiental e a geração de renda, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar na região conhecida como Portal da Amazônia. Uma proposta que articula de forma concreta o processo de organização e formação política com a melhoria das condições concretas de vida das pessoas.

Nesta mesma linha, os projetos de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária, com destaque ao SISCOS (Sistema de Comercialização Solidária, que aproxima o produtor ao consumidor, corresponsabilizando este último pela produção a partir das suas escolhas de consumo), ao mercado institucional, ao apoio as feiras locais e a grupos de artesanato do território vêm se fortalecendo, assim como a comercialização de sementes pela rede de coletores do Portal da Amazônia, servindo como exercício de participação ativa e autogestionária, além de serem mais uma opção de geração de renda a estes grupos.

A demonstração da qualidade de execução dos projetos pelo Instituto Ouro Verde, utilizando como estratégia primordial a gestão coletiva e seus princípios, está clara para os principais apoiadores e financiadores. Conhecendo as ações do Instituto Ouro Verde e sua forma de gestão fica clara a possibilidade de construção de outra realidade. Para isso, fica o desafio da continuidade e consolidação destas ações a partir da criação de mecanismos que permitam que mais possíveis financiadores e doadores conheçam e incentivem a proposta institucional, contribuindo para a continuidade das ações da instituição e seus parceiros.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de maio de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico exceto quanto aos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisados de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a gestão do risco financeiro (nota 4) e o valor residual do ativo imobilizado (nota 6).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos àqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio de resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. A Entidade possui como passivos financeiros não derivativos os recursos vinculados a projetos e as obrigações fiscais e sociais.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

b) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos como outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis***Depreciação e amortização***

A depreciação e amortização acumulada são calculadas sobre o valor depreciable e amortizável. A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado e do intangível.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Edificações	4 %
Veículos, computadores e periféricos	20 %
Máquinas e equipamentos em geral e móveis e utensílios	10 %
Softwares	20 %

Os critérios de depreciação e amortização e a estimativa de vida útil são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

c) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativos de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável avaliado, pelo menos, numa frequência anual. No exercício de 2017, a Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos.

d) Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

e) Receita diferida

Os recursos decorrentes de projetos que são aplicados na aquisição de ativo imobilizado são reconhecidos como receita diferida no passivo não circulante e são transferidos para o resultado do exercício, conforme o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação ou o valor contábil de baixa do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$ 283.587 (R\$ 348.411 em 2017).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

f) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. Para os projetos cujos recursos foram aportados por financiadores que requerem a prestação de contas, as receitas são reconhecidas em valor equivalente aos gastos dos referidos projetos, de modo que seja nulo o resultado do confronto entre as despesas e as receitas apropriadas.

g) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

h) Doações e contribuições

As doações e contribuições financeiras recebidas, quando existentes, sem destinação específica são reconhecidas como receitas e mensuradas a valor justo.

4. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.458.282	4.501.344
Adiantamentos	68.454	17.324
	2.526.736	4.518.668

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2018 um ativo circulante de R\$ 2.526.736 (R\$ 4.518.668 em 2017) para um passivo circulante R\$ 2.520.643 (R\$ 4.507.042 em 2017) o que representa liquidez de R\$ 6.093 (liquidez de R\$ 11.626 em 2017).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 6 (seis) meses, o mesmo ocorrendo para os ativos circulantes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida adequada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos	519	1.722.773
Aplicações financeiras	2.457.763	2.778.571
	2.458.282	4.501.344

6. Imobilizado e intangível

As movimentações do custo, da depreciação e amortização do imobilizado e do intangível em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão demonstrados nos quadros abaixo:

Imobilizado

Movimentação em 2018

Custo de aquisição	01.01.2018	Adições	Baixas	Transferência	31.12.2018
Terrenos	50.400	-	-	-	50.400
Edificações	411.964	-	-	-	411.964
Máquinas e equipamentos	18.548	-	-	-	18.548
Veículos	247.867	-	-	-	247.867
Móveis e utensílios	26.443	2.459	-	-	28.902
Computadores e periféricos	71.899	2.903	-	-	74.802
Total	827.121	5.362	-	-	832.483

Depreciação acumulada

Edificações	41.939	16.479	-	-	58.418
Máquinas e equipamentos	6.974	1.855	-	-	8.829
Veículos	187.485	44.305	-	-	231.790
Móveis e utensílios	6.151	2.774	-	-	8.925
Computadores e periféricos	48.146	12.404	-	-	60.550
Total	290.695	77.817	-	-	368.512

Valor líquido	536.426	72.455			463.971
----------------------	----------------	---------------	--	--	----------------

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Intangível

<u>Custo de aquisição</u>	<u>01.01.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>31.12.2018</u>
Softwares	16.800				16.800
Marcas e patentes	1.166				1.166
Total	17.966				17.966
<u>Amortização acumulada</u>					
Softwares	16.800				16.800
Total	16.800				16.800
Valor líquido	1.166				1.166

Movimentação em 2017

<u>Custo de aquisição</u>	<u>01.01.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>31.12.2017</u>
Terrenos	50.400	-	-	-	50.400
Edificações	190.197	-	-	221.767	411.964
Máquinas e equipamentos	18.548	-	-	-	18.548
Veículos	247.867	-	-	-	247.867
Móveis e utensílios	15.007	11.436	-	-	26.443
Computadores e periféricos	69.964	1.935	-	-	71.899
Construção em andamento	-	221.767	-	(221.767)	-
Total	591.983	235.138	-	-	827.121
<u>Depreciação acumulada</u>					
Edificações	30.659	11.280		-	41.939
Máquinas e equipamentos	5.119	1.855	-	-	6.974
Veículos	142.682	44.803	-	-	187.485
Móveis e utensílios	4.204	1.947	-	-	6.151
Computadores e periféricos	36.225	11.921	-	-	48.146
Total	218.889	71.806	-	-	290.695
Valor líquido	373.094	163.332			536.426

Intangível

<u>Custo de aquisição</u>		
Softwares	16.800	16.800
Marcas e patentes	1.166	1.166
Total	17.966	17.966

Notas explicativas às demonstrações contábeis

<u>Amortização acumulada</u>	<u>01.01.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>31.12.2017</u>
Softwares	16.800				16.800
Total	16.800				16.800
Valor líquido	1.166				1.166

7. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo os recursos recebidos de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Projetos. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.243.168 (R\$ 4.272.695 em 2017).

8. Isenção tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está isento ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

9. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit e diminuído do déficit, apurados anualmente desde a data da sua constituição.

De acordo com o estatuto social, em caso de dissolução, o patrimônio social deve ser destinado a mais carente das instituições com o mesmo objeto do Instituto, preferencialmente, de utilidade pública, a ser decidida na Assembleia de dissolução.

10. Salários, encargos e benefícios

	2018	2017
Salários	893.088	852.860
Férias	107.506	114.419
13º salário	76.609	72.158
INSS	290.007	259.653
FGTS	93.627	79.167
Outros	10.532	9.896
	1.471.369	1.388.153

Notas explicativas às demonstrações contábeis**11. Serviços prestados por terceiros**

	2018	2017
Serviços prestados – Pessoa jurídica	89.763	115.882
Serviços prestados – Pessoa física	195.764	303.618
	285.527	419.500

12. Administrativas e gerais

Lanches e refeições	48.270	62.194
Telefone, internet, energia e água	27.131	27.413
Despesas com veículos	40.744	30.951
Limpeza e manutenção	17.074	13.813
Material de escritório e informática	22.886	23.916
Cursos e congressos	81.099	92.222
Frete e carretos	24.122	-
Locação	15.485	18.725
Outras despesas	58.556	46.976
	335.367	316.210

13. Viagem, locomoção e hospedagem

Viagens e hospedagem	140.504	133.888
Combustível	110.359	70.388
Táxi, pedágio, estacionamento e similares	47.453	3.397
	298.316	207.673

14. Cobertura de seguros

A Entidade possui seguro contratado para os veículos adquiridos com recursos do Projeto Sementes do Portal. Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pela entidade.